

O REFERENCIAL DE FUNÇÕES ESSENCIAIS DE SAÚDE PÚBLICA NO ENSINO DE PROFISSIONAIS DE SAÚDE

*REGINA RIGATTO WITT; MARIA CECÍLIA PUNTEL DE ALMEIDA;
witt@adufrgs.ufrgs.br*

Discutimos a incorporação, na formação de profissionais de saúde, do ensino de Funções Essenciais de Saúde Pública (FESP), referencial desenvolvido em alguns países da América do Norte e da Europa, a partir de 1988, e incorporado pela Organização Mundial da Saúde em 1995, com o objetivo de construir uma imagem do conceito de Saúde Pública, de delimitar o âmbito de sua atuação frente às mudanças demográficas, dos perfis de saúde e estruturais dos sistemas de saúde. O conceito de saúde pública que sustenta a definição das FESP é o da ação coletiva do Estado e da sociedade civil para proteger e melhorar a saúde dos indivíduos. É uma noção que inclui a responsabilidade de assegurar o acesso a cuidados de saúde de qualidade, visualizando a saúde pública como prática social interdisciplinar. Segundo esse referencial, cabe aos Ministérios de Saúde, como autoridade sanitária, a responsabilidade pelo desempenho das FESP, com fortalecimento de sua capacidade de condução de ações setoriais, elaboração de normas técnicas e regulação. Essa se relaciona ao financiamento, garantia e provisão de serviços para garantir o acesso universal e eqüitativo à

atenção de saúde com critérios de qualidade e eficiência. A mais recente relação de funções essenciais desenvolvida pela Organização Pan-Americana da Saúde inclui: 1) monitoramento, avaliação e análise da situação de saúde da população; 2) vigilância, investigação e controle de riscos e danos em saúde pública; 3) promoção da saúde; 4) participação dos cidadãos em saúde; 5) desenvolvimento de políticas e capacidade institucional de planificação e gestão em saúde pública; 6) fortalecimento da capacidade institucional de regulação e fiscalização em saúde pública; 7) avaliação e promoção do acesso equitativo da população a serviços de saúde necessários; 8) desenvolvimento de recursos humanos e capacitação em saúde pública; 9) garantia e melhoria de qualidade dos serviços de saúde individuais e coletivos; 10) investigação em saúde pública; 11) redução do impacto de emergências e desastres em saúde. Avaliação das FESP nas Américas desenvolvida em 2002 pela Organização Pan-Americana da Saúde indicou, como área de preocupação, o desempenho baixo observado na FESP 8, de desenvolvimento de recursos humanos e capacitação em saúde pública, considerada estratégica para o desempenho das outras funções essenciais que as autoridades de saúde pública devem prover. Essa realidade que deve ser levada em conta, se considerarmos que o futuro fortalecimento da saúde pública passa pelo desenvolvimento de profissionais de saúde, nos quais assenta-se a força institucional da Autoridade Sanitária Nacional.